

SOBRE A LUTA DOS PROFESSORES



Cara(o) Encarregada(o) de Educação,

No início deste ano letivo, queremos apresentar-lhe os nossos cumprimentos e dizer-lhe que pode continuar a contar com todo o empenho dos educadores e professores portugueses para que a Escola Pública seja de qualidade, promovendo os mais elevados índices de qualificação dos nossos alunos. Aliás, na sequência do que tem sido feito no passado e que coloca os alunos portugueses abrangidos pelo conhecido relatório do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), promovido pela OCDE, entre os que demonstram mais elevados índices no domínio da leitura, da matemática e das ciências, tornando Portugal um exemplo a nível mundial.

Estamos convictos que para o sucesso dos nossos alunos, em termos de resultados escolares, de inserção no mercado de trabalho e em termos de desenvolvimento pessoal, é essencial uma escola com educadores e professores empenhados, reconhecidos e valorizados.

Os docentes são os mais qualificados, entre os maiores grupos profissionais da administração pública, e sabemos que não pode deixar de ser assim. Deve continuar a exigir-se para os educadores e professores os mais elevados padrões de qualificação na formação inicial e na formação contínua. É que nós, educadores e professores, temos uma responsabilidade social extremamente importante, porque somos aqueles que estamos diariamente com as crianças e os jovens, havendo muitos alunos que passam mais tempo com os seus professores do que com os próprios pais, porque estes trabalham sujeitos, muitas vezes, a horários que lhes impossibilitam estar o merecido e devido tempo com os seus filhos. É também por esta razão que o papel do professor, não apenas na escola, mas na sociedade, é de uma responsabilidade social enorme.

Este é um dos motivos por que **não aceitamos que, da parte do Governo, possa haver ações e decisões que aprofundam a desvalorização dos educadores e professores**, nomeadamente em termos de perspetiva de carreira, de remuneração, de falta de respeito pelos limites do tempo de trabalho ou, ainda, da consideração, para efeitos de aposentação, do especial desgaste físico, psíquico e psicológico que o exercício profissional provoca, como demonstram vários estudos nacionais e internacionais.



Desde há um ano que os educadores e professores têm vindo a lutar, através de manifestações, greves e outras ações, entre várias reivindicações, pelo reconhecimento do tempo de serviço que prestaram e que esteve congelado durante 9 anos, 4 meses e 2 dias. **Os professores estão apenas a reivindicar e a lutar pelo reconhecimento do tempo que trabalham.** Nenhuma pessoa que trabalha concordará que o seu tempo de trabalho seja simplesmente eliminado e desconsiderado.

Apesar das dificuldades, os educadores e professores portugueses não deixaram de cumprir, ao longo de todo aquele tempo, as suas obrigações profissionais, com toda a dedicação e empenho. Agora é altura de o Governo reconhecer todo o tempo de serviço que esteve congelado para efeitos de desenvolvimento da carreira dos educadores e professores, tal como o faz em relação aos trabalhadores da administração pública das carreiras gerais que têm a sua situação completamente reposta a partir de 1 de janeiro de 2020. **Impõe-se esclarecer neste ponto que tal medida não tem em vista o pagamento de quaisquer retroativos em relação às remunerações desse tempo que esteve congelado;** trata-se apenas da consideração, para progressão na carreira, do tempo de serviço já efetivamente prestado.

Foi isso que o Governo se comprometeu a fazer numa declaração assinada em 18 de novembro de 2017 e é isso que consta da Lei do Orçamento do Estado e numa resolução aprovada, sem votos contra, na Assembleia da República. Os sindicatos representativos dos educadores e professores portugueses, conscientes do impacto orçamental que representaria a recuperação de todo o tempo de serviço imediatamente e de uma vez só, estão disponíveis para negociar o que aquela lei determina que seja negociado, isto é, o faseamento e o modo de recuperação daquele tempo.

É isto que está em cima da mesa e que teve já uma proposta dos sindicatos, a qual tem em conta a situação do país, daí que preveja um faseamento até 2023. O que nos insatisfaz é que o Governo agora não esteja disponível para cumprir o seu compromisso e o que a lei estabelece, sob o argumento da intransigência dos sindicatos. Ora, o que acontece na realidade é que são os sindicatos que estão disponíveis para negociar o que a lei prevê que seja negociado e é o Governo que se recusa a reconhecer o direito que a lei determina.

Destacamos estas como as razões que levam os educadores e professores portugueses a procurarem garantir, pelos únicos meios que estão ao seu alcance, o que a lei lhes reconhece. É por este motivo que já neste início de ano letivo estamos a realizar reuniões em todas as escolas, podendo vir a ser necessária a realização de ações de luta durante o mês de outubro, que poderão passar pela realização de greves e de uma grande manifestação, em Lisboa, no dia 5 de outubro.

Estamos certos de que compreende as razões que nos levam a ter de avançar para estas ações que perturbam as nossas escolas. **Mas está nas mãos do Governo evitar que essa perturbação exista.** Basta para isso que o Governo reconheça o direito que a lei determina e que negocie a calendarização e o modo da recuperação de todo o tempo de serviço que esteve congelado.

Obrigado pela sua atenção.

